

PROPOSTA DE ADITAMENTO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira apresenta a seguinte proposta de aditamento à Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.ª:

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS****CAPÍTULO IX****OUTRAS DISPOSIÇÕES****Artigo 219.º – A [NOVO]****Indicador do Progresso Genuíno**

O Governo passa a considerar e a aplicar, juntamente com o indicador económico do Produto Interno Bruto, o Indicador do Progresso Genuíno ao desempenho da economia e ao bem-estar da população portuguesa, incluindo retroativamente aos últimos 50 anos com o objetivo de aferir os reais progressos e retrocessos a assinalar, tendo em conta igualmente as externalidades, tanto ambientais como sociais.

Fundamentação

Desde o início do século passado, o valor energético dos combustíveis fósseis permitiu um aumento exponencial da produtividade devido à automatização, robotização e digitalização da atividade económica. Idealmente, este aumento da produtividade tornaria possível trabalhar menos para garantir um nível de vida adequado a todos. No período decorrido entre a II Guerra Mundial e o fim dos anos 70, a redução progressiva do horário de trabalho foi utilizado pelos governos para reduzir a pressão nos mercados de trabalho decorrentes do aumento da produtividade. Desde então, a globalização e a ideologia do neoliberalismo desencadearam uma espiral de consumo acelerado acompanhado por um aumento dos horários de trabalho, agravando ao mesmo tempo a desigualdade entre ricos e pobres.

Tendo em conta a capacidade de suporte limitada do planeta Terra, dos seus recursos e sumidouros, todos os dados disponíveis indicam que a Humanidade se encontra numa situação de excesso, nomeadamente quando os países do Sul Global se aproximam dos padrões de consumo das sociedades do Norte global. Atualmente, a pegada ecológica das sociedades humanas já excede a capacidade de suporte da Terra em 1,7 vezes, e é ainda superior na Europa e na América do Norte, de acordo com os dados da Global Footprint Network.

Um sistema económico que assegure um espaço operacional seguro para a Humanidade tem por obrigação garantir um teto ecológico sustentável e, ao mesmo tempo, um alicerce social. Terá que enfrentar a catástrofe climática, a acidificação dos oceanos, a poluição química, a perda da biodiversidade e a poluição



atmosférica para garantir necessidades humanas básicas a toda a população mundial como acesso a água, alimentação, habitação, energia, saúde, educação e justiça social, entre outros.

Por conseguinte, é imperativo substituir os indicadores de avaliação da *performance* económica como o Produto Interno Bruto, que não têm em conta as chamadas “externalidades”, as repercussões negativas sobre o meio ambiente e a exploração de outros seres humanos, por outros que tenham em conta o bem-estar humano e a sustentabilidade ecológica. Propõe-se assim a aplicação do Indicador do Progresso genuíno. Este acrescenta outros indicadores e valores ao desempenho da economia e ao bem-estar da população Portuguesa, aferindo os verdadeiros progressos e retrocessos a assinalar e permitindo ter em conta as externalidades, tanto ambientais como sociais.

Assembleia da República, 30 de outubro de 2020

A Deputada,

Joacine Katar Moreira